

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA

GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

WELINGTON MARCELINO DOS SANTOS

O MINISTÉRIO PASTORAL E A MULHER:  
O LUGAR FEMININO NA HIERARQUIA ASSEMBLEIANA

VITÓRIA-ES

2021

WELINGTON MARCELINO DOS SANTOS

O MINISTÉRIO PASTORAL E A MULHER:  
O LUGAR FEMININO NA HIERARQUIA ASSEMBLEIANA

Trabalho de Conclusão de Curso na forma de  
Artigo como requisito parcial para obtenção do  
grau de Bacharel em Teologia. Faculdade  
Unida de Vitória.

Orientador: David Mesquiati de Oliveira

VITÓRIA-ES

2021

## O MINISTÉRIO PASTORAL E A MULHER: O LUGAR FEMININO NA HIERARQUIA ASSEMBLEIANA

*Wellington Marcelino Dos Santos*<sup>1</sup>

Resumo: O artigo analisa como as mulheres, mesmo constituindo a maioria nos templos religiosos, não desempenham o papel de liderança ou são proibidas de exercerem funções e/ou cargos no ministério pastoral. O enfoque principal é a atuação feminina no contexto das igrejas Assembleias de Deus brasileiras, onde tiveram um papel fundamental na origem, no processo de desenvolvimento e na consolidação dessa denominação, entretanto, a despeito disso, jamais foram reconhecidas como pastoras. Com isso, verificam-se os principais desafios enfrentados pelas mulheres em seu acesso ao ministério pastoral, o que lhes trará uma mudança na identidade feminina dentro das Assembleias de Deus. Isso será realizado a partir de uma pesquisa descritiva, bibliográfica e qualitativa.

Palavras-chave: Ministério Pastoral. Gênero. Pentecostalismo. Assembleias de Deus.

### INTRODUÇÃO

O regime democrático brasileiro pressupõe, em geral, a condição daquele/a que toma parte da cidade, com seus direitos e obrigações previstos pela Constituição vigente. Logo, homem e mulher são iguais perante a lei. Em termos percentuais, a população feminina supera a masculina e, conseqüentemente, isso está refletido nos templos religiosos brasileiros. No Brasil, 58% dos/as seguidores/as evangélicos/as são mulheres. Ao frequentar os ambientes pentecostais, tem-se a sensação que essa presença feminina é bem maior. Mesmo com a presença maciça nos ambientes religiosos, em boa parte das igrejas, algumas funções e/ou cargos não são permitidos às mulheres. O ministério pastoral é um exemplo disso.<sup>2</sup>

O ministério pastoral é uma função exclusivamente masculina na visão da maioria das lideranças e membros. Esse é um dos pontos em que tanto a tradição evangélica quanto a católica convergem, já que ambas não ordenam mulheres ao sacerdócio ou permitem que elas realizem os sacramentos, destinando-as e/ou vocacionando-as para outras áreas de atuação paralelas na denominação. O direcionamento das mulheres assembleianas se dá apenas para as funções e/ou cargos assistencialistas, o que causa prejuízos significativos à igreja. Nas denominações assembleianas, exceto em algumas igrejas, o cargo mais alto de uma mulher é o de missionária. Existem alguns casos onde a mulher de um pastor é nomeada pastora, mas, na prática, não exerce a função da prerrogativa do cargo.

---

<sup>1</sup> Graduando em Teologia pela Faculdade Unida de Vitória. E-mail: wellington.marcelino@gmail.com.

<sup>2</sup> BALLOUSSIER, Anna V. Cara típica do evangélico brasileiro é feminina e negra, aponta Datafolha. In: FOLHA DE SÃO PAULO [Site institucional]. 13 jan. 2020. [online]. [n.p].

Por isso, o artigo, partindo da observação das igrejas Assembleias de Deus na Grande Vitória, mas que é o cenário de outras regiões do Brasil, objetiva problematizar a temática do ministério pastoral feminino e o lugar da mulher no âmbito do poder de decisão na igreja Assembleia de Deus, doravante AD. Visto que elas constituem a maioria nos templos e não ocorre, majoritariamente, o reconhecimento da capacidade para decidir e realizar um sacramento. O que mostra que as desigualdades de autonomia se estabelecem, no mínimo, a partir do gênero, de leituras fundamentalistas da Bíblia e uma tentativa da manutenção do sistema patriarcal. Ainda há pessoas na sociedade que se opõem às mulheres que servem como pastoras nos púlpitos das igrejas. Muitos homens rejeitam a autoridade feminina, acreditando que as mulheres não podem desempenhar funções tradicionalmente desempenhadas por homens, como a função pastoral.<sup>3</sup>

Ordenar mulheres para o pastorado não representa, de forma absoluta, uma superação aos modelos machista, patriarcal, sexista no ambiente religioso, porém, vale ressaltar que diversas igrejas protestantes ordenam ao ministério pastoral. Por exemplo, a igreja Metodista primeira proposta foi em 1930, mas somente em 1970 foi de fato aprovado. Igreja Evangélica e Confissão Luterana no Brasil - IECLB, apesar existirem as ordenações das diaconisas, foi em 1976 a primeira mulher ordenada ao pastorado. A Igreja Episcopal Anglicana do Brasil – IEAB, depois de diversas rejeições, foi aprovado em 1984 tendo a primeira ordenação feminina em 1985. Outras igrejas como, Presbiteriana Unida, Presbiteriana Independente do Brasil também ordenam mulheres, esta já aceita no ano 2000. Não aprofundaremos a análise nestas igrejas, visto que o objetivo principal da pesquisa é a igreja Assembleia de Deus, entretanto, vale enfatizar, pois estas igrejas podem servir como modelos no que concerne ao ministério ordenado feminino.<sup>4</sup>

Valendo-se de pesquisa descritiva, bibliográfica e qualitativa, o artigo se subdivide em três seções para averiguar como a idealização da mulher assembleiana perfeita causaria prejuízos em relação ao ordenamento feminino no âmbito das AD brasileiras. O referencial teórico para análise se constitui das noções de *dominação masculina*<sup>5</sup> e *violência simbólica*<sup>6</sup>,

---

<sup>3</sup> MELO, Adriana G. S.; LIMA, Daniel B. A mulher e os desafios na conquista do pastorado: um estudo de caso em uma igreja evangélica Assembleia de Deus na cidade de Manaus. *Revista Coisas do Gênero*, São Leopoldo, v. 2, n. 1, p. 119-134, 2016. p. 120.

<sup>4</sup> WOFF, Elias. Ordenação de mulheres no debate teológico no Brasil: questões para a igreja “casa de todos/as”. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE GÊNERO E RELIGIÃO (CLAGR), V, 2017, São Leopoldo. *Anais...* São Leopoldo: CLAGR, 2017. p. 193-196.

<sup>5</sup> Em Bourdieu, a *dominação masculina* reúne todas as condições de seu pleno exercício e a primazia universalmente concedida aos homens. Ela se legitima na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, pautadas numa divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parcela, como também nos esquemas imanentes a todos os hábitos moldados por condições, portanto, objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos

de Pierre Bourdieu, que estarão na esteira das discussões apresentadas. De forma específica, procura-se mostrar a evolução das mulheres no âmbito da sociedade e o desenvolvimento delas nas igrejas. Em seguida, analisa-se como o ministério pastoral – função exclusivamente masculina – escancara um controle social a partir de interpretações bíblicas contra o ministério pastoral feminino. E, por fim, a partir da perspectiva de mulheres assembleianas, que trabalharam para a denominação, propor-se-á um novo modelo e novas identidades que possam lhes conferir mais autonomia nesses ambientes.

Portanto, além do interesse do pesquisador pelo tema, a pesquisa tem por finalidade tentar entender quais seriam os motivos de mulheres como Frida Maria Strandberg Vingren, Ruth Dóris Lemos, entre outras, que trabalharam incansavelmente para o crescimento da denominação AD no Brasil, não terem sido reconhecidas como pastoras ou como liderança de destaque. Por isso, questiona-se o seguinte: qual a importância e o lugar dessas mulheres na Assembleia de Deus? Por que não foram reconhecidas como lideranças? Houve alguma mudança de como se vê essas mulheres? Se sim, qual seria essa nova identidade da mulher assembleiana?

A hipótese fulcral do artigo consiste no argumento de que a relevância do ordenamento feminino ao ministério pastoral não se trata apenas de uma conquista pessoal. Mas, uma vitória coletiva contra as perspectivas preconceituosas e, sobretudo, contra as barreiras impostas por um sistema patriarcal e pelas imposições gestadas pelas igrejas predominantemente masculinas.

## 1 DESENVOLVIMENTO SOCIAL E RELIGIOSO

---

pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendente. Por conseguinte, a representação androcêntrica da reprodução biológica e da reprodução social se vê investida da objetividade do senso comum, visto como senso prático, dóxico, sobre o sentido das práticas. E as próprias mulheres aplicam à realidade e, particularmente, às relações de poder em que se veem envolvidos os esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica. Com efeito, seus atos de conhecimento são, exatamente por isso, atos de reconhecimento prático, de adesão dóxica, crença que não tem que se pensar e se afirmar como tal e que *faz*, de certo modo, a violência simbólica que ela sofre. Saiba mais em: BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 45-55.

<sup>6</sup> A *violência simbólica*, em Bourdieu, se institui através da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante – e, portanto, a dominação –, quando ele não dispõe para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, faz essa relação ser vista como natural. Em outras palavras, quando os esquemas que ele põe em ação para ser ver e se avaliar ou para ver avaliar os dominantes – elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro, etc. –, resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto. Nesse sentido, a violência simbólica não se processa se não através de um ato de conhecimento e de desconhecimento prático, ato esse que se efetiva aquém da consciência e da vontade e que confere seu *poder hipnótico* a todas as suas manifestações, injunções, sugestões, seduções, ameaças, censuras, ordens ou chamadas à ordem. Confira: BOURDIEU, 2012, p. 45-55.

A sociedade brasileira vive grandes mudanças de natureza social, econômica, tecnológica, entre outras. Tais transformações atingiram os papéis sociais desenvolvidos tanto por homens quanto por mulheres. Esse cenário é importante, pois, abriu uma participação mais efetiva das mulheres na sociedade. A presença feminina quebrou certos padrões comportamentais impostos por um sistema patriarcal. Porém, mesmo com todo este avanço, e, conquistando espaços de destaque na sociedade, elas são vistas como incapazes de assumir posições de liderança na igreja. Para Milena Craveiro e Loreci Nolasco, faz-se necessário que o grupo discriminado seja representado no cunho decisório, pois, esse é um princípio democrático que tornaria a sociedade mais justa.<sup>7</sup>

### 1.1 Sociedade

A maioria das conquistas e avanços femininos na sociedade que contribuíram para que as mulheres alcançassem um espaço de decisão, como a conquista do direito ao voto e a participação das mulheres na política, ocorreu graças à articulação das mulheres em busca de cidadania. Segundo Carla Almeida, Lígia Lüchmann e Ednaldo Ribeiro, as associações e as organizações têm pelo menos três aspectos positivos. O primeiro está ligado ao aumento da eficácia na política e ao desenvolvimento das virtudes cívicas, o que teria servido como exemplo e incentivado outras mulheres. Depois, as associações são importantes para denunciar as injustiças e tencionar os poderes tradicionais. Por isso, são valorizadas por participação nas estruturas estatais, tais como: políticas públicas, governamentais, etc. Por fim, as associações podem contribuir “para a qualidade da representação política ao apresentarem novas demandas, transmitirem propostas mais bem informadas e detalhadas, problematizarem interesses e políticas, e organizarem debates e interesses que transcendem limites territoriais”<sup>8</sup>.

Ao longo da história, notou-se que o tratamento dado ao homem e à mulher não acontecia na mesma medida, o que teria despertado diversas lutas e o clamor por avanços em

---

<sup>7</sup> CRAVEIRO, Milena A.; NOLASCO, Loreci G. A participação da mulher na política como garantia de empoderamento da sociedade brasileira. *Revista Anais do ENIC*, Dourados, v. 9, n. 12, [n.p.], 2011. [online]. [n.p.].

<sup>8</sup> ALMEIDA, Carla; LUCHMANN, Lígia; RIBEIRO, Ednaldo. Associativismo e representação política feminina no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 8, p. 237-263, 2012. p. 240.

relação à inferiorização dada às mulheres. Um dos avanços que se pode destacar é o direito de votar e de ser votada. De acordo com Craveiro e Nolasco, o marco para essa busca histórica seria o movimento sufragista que reivindicava mais participação ativa da mulher na política. No Brasil, segundo as autoras, “Leolinda Daltro, liderando, em 1910, a fundação do Partido Republicano Feminino e Bertha Lutz que conduziu a criação da Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, em 1919, e a mesma transformou-se na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino em 1922”<sup>9</sup>. No contexto de um sistema democrático, é muito importante a participação de todos e todas.

No início do século XX, no Brasil, foram conquistadas pelas mulheres as autorizações para o voto feminino no Rio Grande do Norte. Entretanto, segundo Craveiro e Nolasco, somente na era Vargas, em 1932, as mulheres conquistaram o direito político. Carlota Pereira de Queirós foi a primeira Deputada Federal, no Brasil e na América Latina, a realizar esse feito.<sup>10</sup> A representação feminina no campo político foi importante para que elas estivessem no ambiente de tomada de decisões. Além disso, as mulheres tiveram evoluções expressivas no mercado trabalho, conseqüentemente, na economia. Nas palavras de Vanessa Rodrigues:

Na Revolução Industrial, na qual a demanda por produção exigiu maior mão-de-obra, e firmou-se no entre as guerras mundiais, onde muitas mulheres ficaram viúvas e responsáveis pelo sustento da casa. Desde então as mulheres foram buscando conquistar seu espaço no mercado. Hoje em dia a mulher está presente no mercado como nunca antes na história, sua participação no mercado de trabalho é imensa devido a vários fatores. Segundo dados do IBGE 2013, as mulheres são 51,4% da população e representam 42,79% na participação do mercado.<sup>11</sup>

Segundo esses dados, a participação feminina no mercado de trabalho representa quase a metade da força de trabalho. Logo, seria necessária a presença das mulheres nos cargos de decisões.<sup>12</sup> A inserção da mulher no mercado de trabalho veio como necessidade de evitar o empobrecimento da família, além de demonstrar o progresso em relação ao gênero.

Outro ponto a destacar é a qualificação acadêmica que as mulheres apresentam em relação aos homens. Conforme pesquisas realizadas com gerentes e executivas, tanto a fins educacionais como em línguas estrangeiras, elas estão no mesmo nível que os homens. Vale ressaltar que o público feminino atinge cargos elevados mais jovens em relação ao público masculino. Elas têm procurado investir mais em educação e, com essas qualificações, têm alcançado uma carreira profissional de sucesso. Com efeito, se comparado a um passado

<sup>9</sup> CRAVEIRO; NOLASCO, 2011, [n.p.].

<sup>10</sup> CRAVEIRO; NOLASCO, 2011, [n.p.].

<sup>11</sup> RODRIGUES, Vanessa C. A evolução da mulher no trabalho e seu impacto na economia. In: CONGRESSO NACIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (CONIC-SEMESP), XVI, 2016, São Paulo. *Anais...* São Paulo: CONIC-SEMESP, 2016. [pdf].

<sup>12</sup> RODRIGUES, 2016, [n.p.].

recente, há uma ascensão feminina em relação à carreira profissional e às qualificações educacionais, visto que, segundo um comportamento machista, a função ideal que toda mulher deveria desempenhar seria de *dona de casa e criar os filhos, bela, recatada e do lar*.<sup>13</sup>

## 1.2 Cenário atual nas Assembleias de Deus

No início do século XX, chegou ao Brasil o movimento pentecostal trazido pelos missionários. Pentecostalismo esse que os historiadores chamam de clássico, que tem como fundadores Charles Parham e William Seymour.<sup>14</sup> Esse fenômeno talvez seja um dos mais marcantes da história da igreja no século XX. Vale destacar que o movimento rompeu com diversos paradigmas impostos pelo protestantismo histórico. Houve mudanças na teologia, nas formas de culto e, principalmente, na experiência religiosa. Outro ponto importante do movimento pentecostal é a participação e a visibilidade dada às mulheres. Um exemplo é a fundadora da Igreja do Evangelho Quadrangular, Aimee Semple McPherson.<sup>15</sup>

A igreja Assembleia de Deus, uma das primeiras igrejas do movimento pentecostal brasileiro, figura no país como a maior denominação evangélica. Segundo os dados do Censo de 2010, a igreja conta com mais de 12 milhões membros.<sup>16</sup> Trata-se de uma denominação que começou com 12 pessoas e cem anos depois chega a uma marca expressiva de membresia. Se no início era vista como uma igreja de pessoas de baixa renda e sem escolaridade, no cenário atual, possui membros em todas as classes sociais. Por mais que uma boa parte de sua membresia ainda se encontre em uma camada com baixo poder aquisitivo. Para Marina Correa, Atualmente as AD tem um novo perfil, acham-se remodeladas e com formato bem diferente do perfil inicial.<sup>17</sup> Em cem anos de existência, a igreja saiu do anonimato ou deixou de ser vista preconceituosamente para figurar como uma potência religiosa no país.

A denominação assembleiana tem como marca fundacional agregar diversos grupos marginalizados, entre eles, negros e mulheres. O fato de a igreja Assembleia ter como marca

<sup>13</sup> REIS, Thompson A.; DIAS, Aline S.; OLIVEIRA, Elenice; COSTA, Jeanne C.; CREMONEZI, Graziela O.; SPERS, Valéria R. E. Desafios e conflitos da mulher na busca da ascensão na carreira profissional. *Revista Recape*, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 398-412, 2018. p. 399.

<sup>14</sup> MATOS, Alderi S. O movimento pentecostal: reflexões a propósito do seu primeiro centenário. *Revista Fides Reformata*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 23-50, 2006. p. 23.

<sup>15</sup> MATOS, 2006, p. 36.

<sup>16</sup> AZEVEDO, Reinaldo. O IBGE e a religião: cristãos são 86,8% do Brasil; católicos caem para 64,6%; evangélicos já são 22,2%. In: VEJA [Site institucional]. 31 jul. 2020. [online]. [n.p.].

<sup>17</sup> CORREA, Marina A. O. S. *Operação carisma e exercício do poder: a lógica dos ministérios da Assembleia de Deus no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. p. 71.

registrada a presença de mulheres não foi suficiente para aparecerem como fundadoras. Os nomes pioneiros mais conhecidos da Assembleia de Deus são: Daniel Berger e Gunnar Vingren.<sup>18</sup> Para Valeria Vilhena, o fato de aparecer dois indivíduos masculinos como os mais conhecidos da AD demonstra o apagamento feminino. A autora explica que “esses fatos não negam o apagamento intencional das mulheres na história do Brasil e nas instituições, além do largo caminho de luta das mulheres que sempre sofreram com os vários retrocessos e dos caprichos dos homens”<sup>19</sup>. De certa forma, em um dos períodos mais importantes na história assembleiana não aparece sequer um nome feminino.

Apesar dos grupos considerados minoritários – como as mulheres – serem os responsáveis pela consolidação da denominação no país, a igreja AD se mostra incoerente no trato com esses grupos, principalmente, nas relações de gênero, como destaca Arenta Rocha:

Além disso, algumas concepções eclesiais desse grupo que definem aspectos da sua estrutura e prática religiosa culminam em determinadas condutas que as tornam, além de conservadoras, sectárias com relação ao papel dos homens e das mulheres dentro da instituição. Pensar nos aspectos que tornam as ADs mais conservadoras, sobretudo, quando se trata da condição feminina, serve para perceber que um dos problemas que se destacam nas ADs é exemplificado na incoerência que há no trato de grupos minoritários, como negros, pobres e mulheres – que foram, em grande medida, os responsáveis pela consolidação da instituição no país–, os mesmos que através do tempo se tornaram personagens esquecidos e apagados de sua própria história, levantando uma série de questionamentos quanto ao papel destes indivíduos na sua religião, no passado e na contemporaneidade.<sup>20</sup>

Gedeon Alencar faz uma periodização interessante em relação ao modo como a AD tratou as mulheres nos cem anos de sua existência. Para ele, em um primeiro momento – 1911-1948 –, tem-se a visão de ganhar a missão, porém, perde-se a vida. Segundo o autor, na teorização teológica assembleiana existe igualdade entre homens e mulheres, pois “*o espírito age indistintamente sobre os gêneros*”<sup>21</sup> [grifo do texto], contudo, na prática eclesiológica, o tratamento é diferente. No entanto, esse primeiro período teria sido o de maior participação e oportunidades femininas.<sup>22</sup>

Em um segundo momento – 1946-1988 –, a missão é uma submissão. Ou seja, no primeiro momento, Frida Vingren era protagonista na missão, mas, agora, nenhuma mulher se

<sup>18</sup> ROCHA, Aretha B. B. *Emancipação feminina sob autoridade masculina: aspectos religiosos e sociais das mulheres assembleianas no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Ciências das religiões) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2018. p. 29.

<sup>19</sup> VILHENA, Valeria C. O cenário sócio-histórico brasileiro no início do século XX: o surgimento do movimento pentecostal, Frida Maria Strandberg e as lutas das mulheres. *Revista Reflexus*, Vitória, n. 11, v. 17, p. 97-133, 2017. p. 115.

<sup>20</sup> ROCHA, 2018, p. 40.

<sup>21</sup> ALENCAR, Gedeon F. *Matriz pentecostal brasileira: Assembleias de Deus 1911-2011*. 2. ed. São Paulo: Recriar; Vitória: Unida, 2019. p. 118.

<sup>22</sup> ALENCAR, 2019, p. 116-138.

destaca. Um exemplo claro é a chegada da pastora americana, Ruth Doris Lemos, que nunca teve seu ministério pastoral reconhecido. Para Alencar, ela não foi reconhecida por cinco motivos: primeiro porque era mulher e, teologicamente, deveria ser auxiliar do homem; segundo, o trabalho de uma mulher tem que ser inferior ao do homem; terceiro, a relação na igreja entre brasileiros e americanos era ruim; quarto, é a diferença de modelos entre as assembleias no Brasil e nos USA; quinto, a mulher pode até realizar uma missão, mas, jamais um ministério.<sup>23</sup>

Por fim – 1988-2011 –, a missão da mulher tem três ofícios, segundo Alencar, a saber: primeiro, o círculo de oração, missão considerada oficial para o grupo feminino da igreja, provavelmente, seja o ministério maioral das mulheres nas Assembleias de Deus; segundo, seria o exercício da profecia, pois, já que não pode exercer ministérios oficiais, usa-se um “poder simbólico”<sup>24</sup>. Por último, tem-se a imagem da primeira dama. Portanto, em mais de cem anos de história assembleiana, a denominação não reconheceu e/ou não reconhece o ministério feminino, mesmo elas desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento da igreja.<sup>25</sup>

## 2 MINISTÉRIO PASTORAL

A despeito dos avanços na sociedade relativos à condição das mulheres, o lugar e o papel delas, na maioria das igrejas, parece não estar sendo interpretados como elas são consideradas. As discussões de gênero entraram nas igrejas e aprofundaram a questão de qual seria o papel das mulheres na estrutura da igreja.<sup>26</sup> Pretende-se, a seguir, analisar como o ministério pastoral estaria sendo desenvolvido a partir de uma ideia hierárquica prejudicial à evolução das mulheres, bem como estaria escancarando um controle feminino – à luz de interpretações bíblicas contra o ministério pastoral feminino –, legitimando, assim, a função pastoral exclusivamente masculina.

### 2.1 Hierarquias eclesiais

O termo *hierarquia* pode ser definido como uma organização que estabelece uma prioridade dos elementos de um conjunto e/ou graus de subordinações de membros numa

---

<sup>23</sup> ALENCAR, 2019, p. 194-198.

<sup>24</sup> BOURDIEU, 2012, p. 15.

<sup>25</sup> ALENCAR, 2019, p. 240-250.

<sup>26</sup> WOFF, 2017, 2017, p. 187-194.

sociedade com níveis de responsabilidade, poder, serviços, etc. Uma definição ampla para esse vocábulo seria a seguinte: “qualquer classificação que tenha como base as relações entre superiores e dependentes”<sup>27</sup>. A hierarquia se desenvolve desde sempre. Percebe-se que até mesmo entre os animais ela está pressuposta. Em alguns modelos de organizações familiares, por exemplo, os mais novos eram subordinados aos mais velhos. Em outras palavras, os filhos deveriam se submeter aos pais, pois, esses últimos eram superiores aos primeiros.<sup>28</sup>

As instituições brasileiras, normalmente, seguem um conceito de hierarquia militar. Gabriel Silva alega que: “a escala hierárquica pode ser definida como a escala de níveis de comando de acordo com o grau de autoridade e responsabilidade a que estejam relacionados, sendo um típico aspecto da organização militar”<sup>29</sup>. Ou seja, como forma de manter a ordem, as organizações, sejam elas públicas ou privadas, se apoderam dessa caracterização, geralmente compreendida como hierarquia de autoridade, onde se desenvolvem funções e cargos.<sup>30</sup> As instituições religiosas também bebem dessa fonte, por mais que usem discursos numa tentativa de distanciar-se desse conceito. Mas, a forma como se organizam internamente acaba reproduzindo essa herança. Desse modo, pode-se inferir que a influência das organizações militares foi enorme para a sociedade brasileira, porque seus princípios, estrutura organizacional e estratégias são por ela absorvidos.<sup>31</sup>

Dentre as diversas funções e cargos que se apresentam nas igrejas, está o de ministro ordenado. Segundo Carlos Alves, os ministérios ordenados também são chamados, nas igrejas católicas romanas, inclusive nos documentos oficiais, de ministérios hierárquicos.<sup>32</sup> Embora as igrejas evangélicas apresentem a proposta de um sistema de administração eclesiástica diferente do catolicismo romano, na prática, os comportamentos são parecidos. A hierarquia ministerial não deveria ser compreendida em graus de subordinação, isto é, quem manda e desmanda, mas, como uma atitude de servir. Destarte, essa autoridade e responsabilidade da função e/ou cargo deveriam contribuir para que cada membro da comunidade possa ser ele mesmo, exercendo seus dons próprios para o bem de todos e todas.<sup>33</sup>

As hierarquias, muitas vezes, são desenvolvidas para resolverem problemas em decorrência do crescimento institucional. Logo, com a intenção de institucionalizar o

<sup>27</sup> HIERARQUIA. In: DICIO Dicionário online de português. Porto: 7Graus, 2021. [online]. [n.p.].

<sup>28</sup> SILVA, Gabriel F. A influência do militarismo na administração. *Revista Núcleo do Conhecimento*, São Paulo, n. 3, v. 1, p. 152-164, 2019. p. 154.

<sup>29</sup> SILVA, 2019, p. 155.

<sup>30</sup> SILVA, 2019, p. 155.

<sup>31</sup> SILVA, 2019, p. 164.

<sup>32</sup> ALVES, Carlos E. O ministério ordenado como servidor da unidade na igreja: hierarquia como serviço e orientação para garantir o trabalho comum na comunidade cristã. *Revista Studium*, Curitiba, v. 7, n. 12, p. 41-60, 2013. p. 2.

<sup>33</sup> ALVES, 2013, p. 9.

movimento, acabam, na realidade, criando controle sobre a membresia.<sup>34</sup> Com a igreja AD não foi diferente. A denominação tem um sistema de governo nos moldes católico romano, mas, tenta passar uma imagem de ser congregacionalista. Os mecanismos desenvolvidos são acordados por um grupo minoritário, que está no topo da pirâmide, e são repassados aos fiéis como sendo a vontade de Deus. Para Aretha Rocha, é nesse nível da hierarquia – a parte baixa da pirâmide – que está a mulher. Nas palavras da autora:

É nesse ponto que se encontra a mulher assembleiana. Sujeitada a cumprir muitas regras, mas a pouco chefiar, ela se vê diante de uma autoridade que não quer que ela protagonize as discussões acerca da administração das congregações e nem as pautas que possam vir a ser de seu interesse exclusivo, como a licença para o pastorado feminino. Os dominadores patriarcais, aliados a todo seu poder carismático subjacente, compreenderam ser mais fácil eles mesmos decidirem sobre isso, ou então nem tocar no assunto nas Convenções mais tradicionais da instituição, por exemplo. Por conta disso, começa a se delinear o que será designado como o não-lugar de fala da mulher assembleiana.

Tradicionalmente, o papel da mulher nas denominações assembleianas é legitimado por um fundamentalismo bíblico. Elas devem aprender em silêncio, ficar caladas nas igrejas e não é permitido autoridade sobre o marido ou qualquer outro homem. Esse tipo de interpretação, segundo Otávio Costa, “relega o papel social da mulher a uma visão machista, baseada no discurso que deve ser protegida, impedindo-a de ser líder em várias igrejas das Assembleias de Deus (AD) e igrejas derivadas desta denominação, pentecostal tradicionais ou ortodoxas”<sup>35</sup>. O autor ainda afirma que essa mentalidade será passada de mãe para filha, pois, para serem aceitas como mulheres idôneas e comprometidas, não podem participar de nenhum cargo e/ou função de liderança.

No modelo que se desenvolveu a hierarquia assembleiana, o único papel que resta para a mulher é o de submissão. O que, para Pierre Bourdieu, consiste numa violência, pois, a dominação masculina é uma *violência simbólica* que, na maioria das vezes, não é percebida pela vítima e que acaba se reproduzindo. Essa hierarquia eclesial, baseada no homem que a AD sistematizou, pode ser vista como um instrumento de controle. Para Bourdieu, essa violência ao corpo feminino estaria escamoteada numa visão cosmológica da sociedade e nas práticas culturais que se reproduzem na igreja, na família e na escola. De certa forma, a igreja é responsável pela disseminação desse tipo de violência.<sup>36</sup>

## 2.2 Argumentos contra o ministério feminino

<sup>34</sup> ROCHA, 2018, p. 84.

<sup>35</sup> COSTA, Otávio B. R. O papel da mulher no meio pentecostal: novíssimas relações de gênero nas Assembleias de Deus. *Revista Cadernos de Gênero e Tecnologia*, São Paulo, v.9, n. 33, p. 60-76, 2016. p. 61.

<sup>36</sup> BOURDIEU, 2012, p. 103.

Diversas discussões a respeito da temática sobre ordenação feminina têm permeado tanto acadêmicos como o senso comum – igrejas, redes sociais, etc. Apesar do avanço na sociedade sobre o papel da mulher, em se tratando do comportamento com as mulheres nas igrejas brasileiras, é possível identificar uma rejeição, sobretudo, em relação ao ministério pastoral. Para legitimar o papel das mulheres nas igrejas, usam-se diversos textos bíblicos para fundamentarem que, desde o princípio, o lugar da mulher não é a liderança. De acordo com Valeria Vilhena, enquanto as mulheres fizerem da igreja uma extensão do seu lar, ficando ocupadas apenas com os serviços domésticos da igreja, serão muito bem-vindas às igrejas, caso contrário, tornam-se perigosas, pois, podem contestar o papel imposto a elas.<sup>37</sup>

Kathy Keller, de origem presbiteriana, defende que o papel de liderança é constitutivamente masculino. Porém, ao analisar alguns textos bíblicos, ela expõe a ideia de que esses textos não estão proibindo as mulheres de exercer o ministério. Por exemplo, ela afirma que, em 1 Coríntios 14. 33b-38, Paulo está colocando ordem no culto. Como a igreja primitiva seguia um padrão litúrgico judaico, os anciãos tinham a tarefa de revisar a pregação, isto é, a função de confirmar se o sermão era verdadeiro ou se não era do ancião. Ou seja, Paulo não estava condenando o ministério feminino, mas regulando-o.<sup>38</sup>

Ao analisar outro texto, também muito usado para legitimar a não ordenação feminina, Keller mostra que há uma diferença entre *função* e *autoridade*. Para ela, 1 Timóteo 2. 11-12 está se referindo a uma função específica ao ancião. Logo, proíbe-se as mulheres de exercerem o ensino autoritário, ou seja, uma forma de ensino que seria uma função reservada somente aos presbitérios. Nesse caso, somente os homens poderiam ocupar tal cargo. A autora conclui que estão obrigando as mulheres a ficarem em silêncio, pois, a função de julgar a fidelidade pessoal e coletiva era de um ancião – período que ainda não existia o cânon escrito.<sup>39</sup>

Uma das principais teólogas e biblistas feminista, Elisabeth Schüssler Fiorenza, no livro *As origens cristãs a partir da mulher*, propõe uma nova hermenêutica bíblica, destacando os problemas de interpretação exegética de certas narrativas, especialmente as que tratam da questão da mulher. Para Fiorenza, o movimento de Jesus é uma renovação do sistema religioso judaico. “Embora no judaísmo rabínico as mulheres sejam classificadas com

<sup>37</sup> VILHENA, Valéria C. *Frida Maria Strandberg (1891-1940): mais que esposa de pastor*. São Paulo: Fonte, 2018. p. 170.

<sup>38</sup> KELLER, Kathy. *Jesus, justiça e papéis de gênero: mulheres no ministério*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson, 2019. p. 22-30.

<sup>39</sup> KELLER, 2019, p. 31-35.

filhos e escravos para fins religiosos legais, as narrativas bíblicas sobre as mulheres indicam que as mulheres não eram consideradas como menores e escravas na vida do dia-a-dia”<sup>40</sup>. Os textos bíblicos são resultados de um sistema patriarcal, produtos androcêntricos produzidos majoritariamente por homens, explica a autora.<sup>41</sup> Com isso, a Bíblia, em sua composição, dificulta que uma mulher exerça a função de liderança pastoral, o que necessitaria de uma nova hermenêutica.

Um dos argumentos mais difundidos em relação à temática da ordenação feminina é a submissão. Segundo este argumento, ao criar o homem e depois a mulher, automaticamente, se constitui uma hierarquia, na qual a mulher deve ser sujeita ao homem. As justificativas normalmente usadas são de que essa hierarquia foi criada por Deus. Com efeito, seria uma inversão de papel e, conseqüentemente, um pecado, caso a mulher seja pastora e ocupe cargos e/ou funções de liderança. Para Fiorenza, ao iniciar no cristianismo, isto é, nesse novo movimento religioso, o rito para iniciação é a confissão batismal de Gálatas 3.28. Agora não era mais a circuncisão que definia quem se tornava membro pleno ou, muito menos, uma questão de gênero. Com isso, tanto mulheres como homens tinham os mesmos direitos e deveres.<sup>42</sup>

As interpretações teológicas utilizadas pelas AD para fundamentarem a não ordenação feminina são diversas. As mais usadas seriam estas: o homem é a cabeça da casa como Cristo é a cabeça da igreja; Jesus não escolheu nenhuma discípula, entre outras. No início da denominação, houve discussões devido ao desempenho e o destaque de Frida Maria Strandberg Vingren. A respeito disso, infelizmente, as lideranças decidiram pelo afastamento das mulheres. Uma convenção realizada em 1930 decidiu que:

As irmãs têm todo o direito de participar na obra evangélica, testificando de Jesus e a sua salvação, e também ensinando quando for necessário. Mas não se considera justo que uma irmã tenha a função de pastor de uma igreja ou de ensinadora, salvo em casos excepcionais mencionados em Mateus 12.3-8, [uma referência ao princípio do estado de necessidade]. Isso deve acontecer somente quando não existam na igreja irmãos capacitados para pastorear ou ensinar.<sup>43</sup>

A temática da ordenação feminina na AD volta a ser discutida novamente em outras convenções e, mais uma vez, rejeitou-se a proposta de a mulher ter o mesmo privilégio

<sup>40</sup> FIORENZA, Elisabeth S. *As origens cristãs a partir da mulher: uma nova hermenêutica*. São Paulo: Paulinas, 1992. p. 137.

<sup>41</sup> FIORENZA, 1992, p. 12.

<sup>42</sup> FIORENZA, 1992, p. 244.

<sup>43</sup> BERG, 1987 *apud* OLIVEIRA, Sérgio B. *O lugar da hermenêutica bíblica na formação teológica da igreja evangélica Assembleia de Deus*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Departamento de Filosofia e Teologia, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2012. p. 40.

eclesiástico que os homens. A argumentação é no sentido de que na Bíblia não existe nenhuma narrativa, isto é, base bíblica, que poderia fundamentar uma consagração feminina. Elas podem até portar documento de missionária, mas, jamais de ministra do evangelho, pastora ou evangelista. Portanto, a mentalidade da maioria dos líderes religiosos – e até de muitas mulheres que não aceitam essa mudança na igreja – não compreende a real necessidade de se conferir um espaço para que as mulheres desempenhem um papel de destaque.<sup>44</sup>

### 3 MINISTÉRIO PASTORAL

O papel das mulheres e o exercício da função e/ou do cargo pastoral tem sido tema nos últimos anos e essa controvérsia tem ocorrido nas AD, desde seu nascimento no Brasil. Frida Maria Strandberg Vingren e Ruth Dóris Lemos mostram que, desde a fundação, as mulheres tiveram um papel importante no desenvolvimento da denominação. Algumas delas têm reivindicado o reconhecimento do ministério pastoral. Outras, por sua vez, rompendo com o sistema tradicional assembleiano, lideram suas próprias igrejas e demonstram, em seu discurso, um anseio de mudança não apenas no âmbito religioso, mas, também, em outras esferas da sociedade.

#### 3.1 A trajetória feminina nas ADs

No início do cristianismo primitivo, existem diversas narrativas que mostram a participação das mulheres no desenvolvimento da igreja. Há estudos e evidências que comprovam a participação feminina em equivalência com a masculina, inclusive em relação ao desempenho de funções de liderança dentro desse movimento.<sup>45</sup> Ao longo da história do cristianismo, a influência feminina foi importante em diversos aspectos, por exemplo, em discussões teológicas, conversão de familiares, ajuda financeira a bispos e igrejas, etc., sendo grandes humanitárias como na distribuição de seus bens para as obras de caridades. Nesse sentido, a influência feminina no cristianismo pode ser vista desde as primeiras conversões, inclusive de pais da igreja.<sup>46</sup>

A participação e a relevância das mulheres na formação, no desenvolvimento e na consolidação da AD são inquestionáveis. Mulheres como Frida Maria Strandberg Vingren –

<sup>44</sup> BERG, 1987 *apud* OLIVEIRA, 2012, p. 49.

<sup>45</sup> FIORENZA, 1992, p. 138.

<sup>46</sup> ALMEIDA, Rute S. *Vozes femininas no início do cristianismo*. São Paulo: Hagnos, 2017. p. 240-241.

1981-1940 –, Ruth Dóris Lemos – 1925-2008 –, e outras tantas, foram e continuam sendo importantíssimas na construção da história assembleiana. Segundo Miquéias Pontes, “elas estão espalhadas pelo Brasil em plena militância na promulgação do Evangelho do Senhor Jesus, atuando de acordo com o lema da denominação: ‘Jesus salva, cura, batiza com o Espírito Santo e em breve voltará’”<sup>47</sup>. A história mostra que as mulheres atuaram em quase todas as funções, exceto no exercício o pastoral.<sup>48</sup>

A participação de Frida Vingren na formação da denominação foi relevante. Sueca, casou-se com Gunnar Vingren, três meses depois de chegar ao Brasil, e tiveram seis filhos. Trabalhou em igrejas no norte do país, depois, transferiu-se para o sudeste, sendo peça chave na implantação da denominação assembleiana no Rio de Janeiro e outras cidades. Devido às viagens ou por problema de saúde do marido, esteve à frente dos trabalhos. Com isso, segundo Valéria Vilhena, essa incontestável liderança acabou despertando ciúmes entre as lideranças masculinas.<sup>49</sup> A história mostra uma incontestável participação feminina, mas, também, o apagamento delas. Para Vilhena, os papéis determinados para homens e mulheres hierarquizavam o poder, logo, para uma mulher, o tratamento era diferente do homem.<sup>50</sup>

Outro nome que se pode destacar com trabalho incansável dentro da AD é o de Ruth Dóris Lemos. Era uma pastora assembleiana nos Estados Unidos e jornalista profissional. Chegou ao Brasil em 1951 com seu esposo João Kolenda Lemos. E com ele fundou o Instituto Bíblico das Assembleias de Deus (IBAD), em 1958. Viveu cinco décadas no Brasil, exercendo o ministério pastoral. Porém, a credencial de pastora não foi reconhecida. A forma como a pastora Ruth Lemos foi tratada apenas figura o modo como a AD trata e/ou considera a função pastoral, caso uma mulher a queira exercer. Ruth Lemos aceitou o papel de ser apenas submissa. Frida, não. Porém, essa última pagou caro por sua *insubordinação*.<sup>51</sup>

Na história das AD, a trajetória e a contribuição das mulheres são marcantes. Elas foram importantes para o fortalecimento da denominação. Ademais, foram fundamentais no estabelecimento do poder hierárquico. Um grupo de mulheres organizadas na denominação, além de ser relevante para o empoderamento feminino, são capazes de estremecer o poder dominante na igreja.<sup>52</sup> Para Marina Correa:

<sup>47</sup> PONTES, Miquéias M. *Mulheres e o exercício da liderança nas Assembleias de Deus no Brasil: uma questão ética*. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Programa de Pós-Graduação em Teologia, Faculdades EST, São Leopoldo, 2014, p. 32.

<sup>48</sup> PONTES, 2014, p. 32.

<sup>49</sup> VILHENA, 2018, p. 24.

<sup>50</sup> VILHENA, 2018, p. 76.

<sup>51</sup> ALENCAR, 2019, p. 194-198.

<sup>52</sup> CORREA, 2012, p. 262-263.

O círculo de oração das mulheres das ADs representa um pilar de poder invisível dentro da denominação ADs, este poder é transferido de mãe para filha. Nota-se também a influência do patriarcalismo, presentes nas relações entre as mulheres. Elas detêm uma considerável autonomia no espaço que lhes é possível o mesmo.<sup>53</sup>

As contribuições femininas na denominação são grandiosas. Estatutariamente, o cargo e/ou a função de pastora é ordenado somente aos homens. Porém, isso não impediu a atuação dinâmica desde a implantação, desenvolvimento até a consolidação da igreja. Frida Vingren, mesmo não ocupando um cargo de pastora, foi fundamental na origem da AD no Brasil. Ela foi incompreendida na tentativa de desempenhar seu talento pastoral. Ruth Lemos, importante peça na formação e qualificação de obreiros, teve que se contentar ao papel de esposa de pastor. Desse modo, não se pode ignorar o papel fundamental do ministério feminino nas AD. A história mostra as mulheres atuando, incansavelmente, no ensino, na produção de textos, nas atividades práticas, etc. Algumas ainda foram mencionadas nos anais da denominação, mas, no geral, são esquecidas e/ou apagadas da história.<sup>54</sup>

### 3.2 Nova identidade feminina

No início do cristianismo, as mulheres tiveram lugar de destaque no espaço religioso. O movimento teve um papel fundamental de demonstrar que o lugar delas não era apenas no interior das igrejas, mas em contextos mais elevados. A participação das mulheres na origem, no desenvolvimento e na consolidação do cristianismo é inquestionável. Segundo Adriano Melo e Daniel Lima, “se analisados corretamente os textos bíblicos em relação às mulheres, pode-se perceber que o cristianismo dá a elas o respeito e o lugar de destaque que merecem”<sup>55</sup>. De modo consequente, é necessário reconhecer a mulher como essencial na posição de liderança.

Embora o cristianismo brasileiro demonstre certa dificuldade em reconhecer a mulher no papel de liderança, existem algumas comunidades pentecostais que ordenam mulheres, isto é, igrejas evangélicas estão aumentando à competência de atuação feminina. Com isso, a hierarquia sacerdotal se expande com as mulheres. Percebe-se, ainda que timidamente, o crescimento das mulheres em ambientes públicos que antes eram ocupados apenas por homens. Isso é notado em púlpitos, seminários, faculdades teológicas e espaços congêneres. Além de ocuparem posições, tais como: bispas, pastoras, presbíteras e diaconisas. Mudanças

---

<sup>53</sup> CORREA, 2012, p. 264.

<sup>54</sup> PONTES, 2014, p. 38-46.

<sup>55</sup> MELO; LIMA, 2016, p. 123.

como essas revelam um rompimento com as estruturas patriarcais e uma tentativa de pavimentar novos caminhos.<sup>56</sup>

Na história das AD, algumas mulheres se destacaram mesmo não sendo reconhecidas na função pastoral. Para Miquéias Pontes:

As mulheres, no âmbito eclesiástico, em especial nas Assembleias de Deus, não se fecharam para o diálogo diante dos desafios impostos. De maneira especial, Frida Vingren e Ruth Doris Lemos se doaram nessa missão criando uma relação de autotranscendência (sair de si), de auto-doar-se em um processo contínuo de amor, entrega e renúncia, mostrando o quanto as mulheres podem contribuir e auxiliar nas relações no âmbito do poder religioso. Tal proposta é a de uma liderança mais qualificada, justa, mais humana, sensível e eficaz que mostre a importância da alteridade e suas responsabilidades como motivação da formação da liderança da Igreja.<sup>57</sup>

A partir dessa nova perspectiva, pode-se propor um novo jeito, isto é, uma nova identidade com autonomia para a mulher no âmbito religioso.

A limitação pastoral imposta às mulheres, por ser mulher, tem provocado insatisfação ao público feminino. O que tem levado muitas mulheres a abrirem a própria denominação. Normalmente, essas igrejas iniciadas por mulheres partem de uma divisão interna, devido a uma conturbada relação com a liderança pastoral de igrejas que essas mulheres faziam parte. Elas percebem uma oportunidade de reformular as relações de poder estabelecido nas relações de gênero.<sup>58</sup> Para Janine Silva, essas mulheres, ao assumirem o papel de liderança pastoral, mostram em seu discurso um anseio de mudança não apenas no âmbito religioso, mas, também, em outras esferas da sociedade.<sup>59</sup>

Ao tomar a decisão de se tornarem autônomas e, conseqüentemente, abrirem igrejas e concentrando as decisões eclesiásticas em suas mãos, esse é um dos fenômenos mais importantes e uma condição essencial para a chegada ao ministério pastoral. Essa transformação no comportamento feminino romperá profundamente o sistema tradicional que tem a imagem da mulher como submissa. Segundo Maria Santos, para exercerem a função de forma plena, essas mulheres “precisam buscar no conhecimento a legitimação para exercer os papéis que são conferidos pelo cargo”<sup>60</sup>. Com seu carisma, como afirma Gedeon Alencar,

<sup>56</sup> MELO; LIMA, 2016, p. 123.

<sup>57</sup> PONTES, 2014, p. 15-16.

<sup>58</sup> SILVA, Janine T. Lideranças pentecostais femininas: notas sobre a re-elaboração da identidade feminina no meio pentecostal e sua influência nas demais esferas sociais. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH), XIII, 2008, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPUH, 2008. p. 1-10. [pdf]. p. 7.

<sup>59</sup> SILVA, 2008, p. 7.

<sup>60</sup> SANTOS, Maria G. Mulheres pastoras: em busca de um espaço na hierarquia evangélica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA (CBS-UNICAMP), XI, 2003, São Paulo. *Anais...* São Paulo: CBS-UNICAMP, 2003. p. 1-33. [pdf]. p. 3.

“habilidade espiritual”<sup>61</sup>, algumas mulheres influenciarão outras a buscarem uma nova simetria.

Para Fernanda Miranda, “a mulher, a fiel, a pastora tem capacidade, tal qual o homem, o fiel, o pastor, de ser a líder, o cabeça e não apenas a professora da escola dominical, aquela que dá a comunhão a enfermos ou idosos ou simplesmente e figurantemente a esposa do pastor”<sup>62</sup>. Com a opção de superar o modelo tradicional em busca de outras oportunidades, elas ganham mais que uma função, mas o cargo de pastora lhe confere outro *status* social. Essas funcionárias do sagrado são reconhecidas, agora, pelo exercício da função. Nessas igrejas que lideram, passam a ter uma nova identidade que lhes atribui satisfação e sentido.<sup>63</sup>

## CONCLUSÃO

O artigo procurou verificar como as mulheres têm o acesso negado ao ministério pastoral e os principais desafios por elas enfrentados, em suas tentativas de contribuir com o desenvolvimento das igrejas AD brasileiras. Buscou-se mostrar como o público feminino é visto como submisso em relação ao homem, independente da classe social que se encontra. Embora as mulheres tenham conquistado certos avanços em relação ao mercado de trabalho, à política, etc., nas igrejas AD, elas ainda caminham em passos curtos para uma postura emancipatória.

Não se quer apontar que todas as mulheres tenham um perfil de liderança ou, muito menos, supor que o trabalho masculino não foi importante para o desenvolvimento das igrejas ADs, no Brasil. Mas, sim, demonstrar que as mulheres têm potencial para assumir o papel de liderança, assim como os homens. Esse é um assunto delicado, mas, que deve ser abordado. Com isso, procurou-se trazer à tona as contribuições femininas ao ministério pastoral, mesmo não tendo localizado o histórico de reconhecimento de uma sequer.

O ministério pastoral, no âmbito das igrejas AD brasileiras, em sua maioria, é um tabu. O grupo feminino representa uma parcela significativa nessa denominação, por isso, seria justo reconhecê-lo e, conseqüentemente, abrir os espaços eclesiásticos para que as mulheres desenvolvam a função pastoral, sendo legitimadas como pastoras. Diversas mulheres não se intimidaram com os padrões impostos a elas. O exemplo de Frida Vingren, que colocou em

---

<sup>61</sup> ALENCAR, 2019, p. 243.

<sup>62</sup> MIRANDA, Fernanda H. *Religião e mulher: liderança feminina no pentecostalismo evangélico*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Letra e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009. p. 64.

<sup>63</sup> MIRANDA, 2009, p. 65-66.

posição de igualdade com a liderança masculina, mostra que as mulheres podem contribuir da mesma forma como os homens.

Pensar, articular, propor e incentivar as mulheres a uma nova identidade é uma tarefa urgente. O papel das mulheres no contexto das AD brasileiras, mesmo que de forma informal, é fundamental, inclusive pode ser considerada uma função estruturante. A mulher não poder exercer a posição de liderança pastoral ou ser reconhecida com uma, apenas por ser mulher. Isso mostra o quão *violentas* são as instituições religiosas no Brasil – no caso da pesquisa, as AD brasileiras. Os serviços femininos estão presentes desde o cristianismo das origens. A importância de uma mulher atingir o ministério pastoral revela não somente uma conquista pessoal, mas, uma vitória coletiva contra o preconceito, contra barreiras impostas pelo sistema e pelas imposições criadas pelas igrejas masculinas.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Gedeon F. *Matriz pentecostal brasileira: Assembleias de Deus 1911-2011*. 2. ed. São Paulo: Recriar; Vitória: Unida, 2019.

ALMEIDA, Carla; LUCHMANN, Lígia; RIBEIRO, Ednaldo. Associativismo e representação política feminina no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 8, p. 237-263, 2012.

ALMEIDA, Rute S. *Vozes femininas no início do cristianismo*. São Paulo: Hagnos, 2017.

ALVES, Carlos E. O ministério ordenado como servidor da unidade na igreja: hierarquia como serviço e orientação para garantir o trabalho comum na comunidade cristã. *Revista Studium*, Curitiba, v. 7, n. 12, p. 41-60, 2013.

AZEVEDO, Reinaldo. O IBGE e a religião: cristãos são 86,8% do Brasil; católicos caem para 64,6%; evangélicos já são 22,2%. In: VEJA [Site institucional]. 31 jul. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/o-ibge-e-a-religiao-cristaos-sao-86-8-do-brasil-catolico-s-caem-para-64-6-evangelicos-ja-sao-22-2/>. Acesso em: 06 set. 2021.

BALLOUSSIER, Anna V. Cara típica do evangélico brasileiro é feminina e negra, aponta Datafolha. In: FOLHA DE SÃO PAULO [Site institucional]. 13 jan. 2020. [n.p]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/cara-tipica-do-evangelico-brasileiro-e-feminina-e-negra-aponta-datafolha.shtml>. Acesso em: 30 out. 2021.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CORREA, Marina A. O. S. *Operação carisma e exercício do poder: a lógica dos ministérios da Assembleia de Deus no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

COSTA, Otávio B. R. O papel da mulher no meio pentecostal: novíssimas relações de gênero nas Assembleias de Deus. *Revista Cadernos de Gênero e Tecnologia*, São Paulo, v. 9, n. 33, p. 60-76, 2016.

CRAVEIRO, Milena A.; NOLASCO, Loreci G. A participação da mulher na política como garantia de empoderamento da sociedade brasileira. *Revista Anais do ENIC*, Dourados, v. 9, n. 12, p. 1-6, 2011. Disponível em: <https://anaisonline.uems.br/index.php/enic/issue/view/16>. Acesso em: 20 jul. 2021.

FIORINZA, Elisabeth S. *As origens cristãs a partir da mulher: uma nova hermenêutica*. São Paulo: Paulinas, 1992.

HIERARQUIA. In: DICIO Dicionário online de português. Porto: 7Graus, 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/hierarquia/>. Acesso em: 23 set. 2021.

KELLER, Kathy. *Jesus, justiça e papéis de gênero: mulheres no ministério*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson, 2019.

MARIANO, Ricardo. Os neopentecostais e a teologia da prosperidade. *Revista Novos Estudos*, São Paulo, n. 44, p. 24-44, 1996.

MATOS, Alderi S. O movimento pentecostal: reflexões a propósito do seu primeiro centenário. *Revista Fides Reformata*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 23-50, 2006.

MELO, Adriana G. S.; LIMA, Daniel B. A mulher e os desafios na conquista do pastorado: um estudo de caso em uma igreja evangélica Assembleia de Deus na cidade de Manaus. *Revista Coisas do Gênero*, São Leopoldo, v. 2, n. 1, p. 119-134, 2016.

MIRANDA, Fernanda H. *Religião e mulher: liderança feminina no pentecostalismo evangélico*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Letra e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

OLIVEIRA, Sérgio B. *O lugar da hermenêutica bíblica na formação teológica da igreja evangélica Assembleia de Deus*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Departamento de Filosofia e Teologia, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2012.

PONTES, Miquéias M. *Mulheres e o exercício da liderança nas Assembleias de Deus no Brasil: uma questão ética*. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Programa de Pós-Graduação em Teologia, Faculdades EST, São Leopoldo, 2014.

REIS, Thompson A.; DIAS, Aline S.; OLIVEIRA, Elenice; COSTA, Jeanne C.; CREMONEZI, Graziela O.; SPERS, Valéria R. E. Desafios e conflitos da mulher na busca da ascensão na carreira profissional. *Revista Recape*, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 398-412, 2018.

ROCHA, Aretha B. B. *Emancipação feminina sob autoridade masculina: aspectos religiosos e sociais das mulheres assembleianas no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Ciências das religiões) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2018.

RODRIGUES, Vanessa C. A evolução da mulher no trabalho e seu impacto na economia. *In: CONGRESSO NACIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (CONIC-SEMESP), XVI, 2016, São Paulo. Anais...* São Paulo: CONIC-SEMESP, 2016. [pdf].

SANTOS, Maria G. Mulheres pastoras: em busca de um espaço na hierarquia evangélica. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA (CBS-UNICAMP), XI, 2003, São Paulo. Anais...* São Paulo: CBS-UNICAMP, 2003. p. 1-33. [pdf].

SILVA, Gabriel F. A influência do militarismo na administração. *Revista Núcleo do Conhecimento*, São Paulo, n. 3, v. 1, p. 152-164, 2019.

SILVA, Janine T. Lideranças pentecostais femininas: notas sobre a re-elaboração da identidade feminina no meio pentecostal e sua influência nas demais esferas sociais. *In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH), XIII, 2008, Rio de Janeiro. Anais...* Rio de Janeiro: ANPUH, 2008. p. 1-10. [pdf].

VILHENA, Valéria C. *Frida Maria Strandberg (1891-1940): mais que esposa de pastor*. São Paulo: Fonte, 2018.

VILHENA, Valeria C. O cenário sócio-histórico brasileiro no início do século XX: o surgimento do movimento pentecostal, Frida Maria Strandberg e as lutas das mulheres. *Revista Reflexus*, Vitória, n. 11, v. 17, p. 97-133, 2017.

WOFF, Elias. Ordenação de mulheres no debate teológico no Brasil: questões para a igreja “casa de todos/as”. *In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE GÊNERO E RELIGIÃO (CLAGR), V, 2017, São Leopoldo. Anais...* São Leopoldo: CLAGR, 2017. p. 186-203.